

CORREIO ECONÔMICO



Expectativa negativa derrubou neutralidade de indicador

Em segunda queda seguida, ICST recua 1,4 ponto em abril

Em segunda queda seguida, o Índice de Confiança da Construção (ICST) recuou 1,4 ponto neste mês, atingindo 95,2 pontos, segundo estudo, divulgado nesta quinta-feira (25), pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), ao apontar que, pela média móvel trimestral, o indicador caiu 0,2 ponto.

De acordo com a coordenadora de Projetos da

Construção do Ibre-FGV, Ana Maria Castelo, “nos últimos meses, diferentes forças afetaram negativamente a evolução da confiança setorial, contribuindo para manter o indicador abaixo do nível de neutralidade (100). Em abril, a principal contribuição veio da correção de expectativas, com maior influência do segmento de Edificações, devolvendo a melhora no ano”.

Cenário difícil

Embora o percentual de empresas com expectativa de crescimento (29,8%) para os próximos meses supere muito aquelas que esperam queda (7,1%), o recuo do indicador decorre da evolução dos juros e as dificuldades fiscais, assinala a coordenadora do Ibre-FGV.

INCC salta

Na contramão da confiança do setor, o Índice Nacional de Custo da Construção – M (INCC-M) cresceu 0,41% em abril, patamar bem acima da variação 0,24% do mês anterior. Tal expansão, porém, sinalizaria viés de estabilização, tendo em vista a taxa de 3,48%, dos últimos 12 meses.



Reforma alivia pouco carga tributária ao contribuinte

Reforma tributária enfatiza mudança de competências

Uma das ‘inovações’ aritméticas da versão mais recente da Reforma Tributária está na divisão da alíquota média (26,5%), assim disposta em 8,8%, para o imposto federal (Contribuição sobre Bens e Serviços, o CBS) e 17,7% para o estadual (Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS).

Iniciativa que lembra pro-

moção comercial de curta duração, a Fazenda propôs a instituição de um ‘cashback’ (ou restituição) de 100% da CBS para botijão de gás e 50% para energia, água, esgoto e gás encanado, a famílias eleitoras de baixa renda. A expectativa do governo é de que a carga tributária da cesta básica deverá cair, de 11,6% para 4,8%.

Sem alteração

No que toca à área energética, a proposta do governo federal para a reforma tributária manteve o regime diferenciado para combustíveis, além de não alterar a carga tributária de diferencial competitivo, tanto para biocombustíveis, quanto para hidrogênio verde.

Consumo sobe

Em que pese a carestia e os juros altos, o indicador do ‘Consumo nos Lares Brasileiros’ cresceu 3,13% em março, no comparativo anual. Ante o mês anterior, a alta foi de 8,8%, a maior para este mês, desde 2021 (11%), segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

Dança de siglas

Entre as mudanças tributárias, o destaque fica para a substituição do PIS e Cofins (tributos federais) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), aglutinando o ICMS (estadual) e o ISS (municipal) no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Já o IPI passa a ser o Imposto Seletivo.

Páscoa turbina

Entre os fatores para a expansão do consumo no mês passado, o vice-presidente da Abras, Marcio Milan, destacou a contribuição das vendas de Páscoa que, neste ano, ocorreram no primeiro trimestre (1T24). No acumulado de 2024, o avanço foi de 2.04%.

Petrobras ‘acorda’ para o mercado e retoma dividendos

Em AGO, acionistas aprovam pagamento de 50% dos proventos extras

Por Marcello Sigwalt

Agindo rápido contra a queda livre dos índices de aprovação do atual ocupante do Planalto, a ala governista presente à Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Petrobras aprovou, nesta quinta-feira (25), a distribuição de 50% dos dividendos extraordinários da companhia, no montante de R\$ 36 bilhões (R\$ 2,79 por ação).

Esse total será distribuído em duas parcelas, juntamente com o pagamento dos dividendos ordinários. A primeira delas deverá ser paga em 20 de maio (R\$ 1,447 por ação, sendo R\$ 0,568 referente ao ganho ordinário e R\$ 0,878 ao extraordinário), e a segunda, em 20 de junho R\$ 1,447 por ação.

A determinação da petroleira representa uma reviravolta, só explicável pela urgência do calendário eleitoral, pois esta havia anunciado, ainda no mês passado, que reteria a totalidade da remuneração extraordinária referente a 2023, que



Petroleira volta a levar a sério compromissos firmados junto aos seus acionistas

totalizava R\$ 43,9 bilhões, que seria direcionado para reinvestimentos, em geral. Na prática, o alegado reinvestimento não deixou de existir, uma vez que, na qualidade de maior acionista da Petrobras, a União fará jus, com a decisão, a receber a ‘bagatela’ de R\$ 6 bilhões.

Fato relevante – Na mesma ‘toada revisionista’, a petroleira comunicou, por meio de fato relevante, em que aprova R\$ 94,3 bilhões em dividendos em 2023 (R\$ 2,89 por ação) – resultante da soma das antecipações aprovadas ao longo de 2023 e pagas até março de 2024

(R\$ 58,214 bilhões),

A volta atrás federal deixa a impressão, de que está superada a crise em torno do pagamento dos dividendos extraordinários, que quase derrubou o presidente da companhia, Jean Paul Prates, claramente favorável à distribuição dos proventos.

Investidor vê evolução na petroleira

Do ponto de vista do mercado, enquanto procura ampliar seu poder de influência sobre o conselho de administração da petroleira, a posição em favor do pagamento de dividendos contribui para melhorar a imagem da companhia perante os investidores.

Trapalhadas palacianas à parte, a visão pragmática do mercado é favorável à evolução positiva da relação da Petrobras com os investidores. Na avalia-

ção do sócio e especialista em renda variável da Davos Investimentos, Marcelo Boragini, “a Petrobras enfrentou um início de ano turbulento, mas as perspectivas para a companhia estão melhorando”, para quem “o recuo do governo na questão dos dividendos reconduz companhia à condição de figurar entre as petroleiras com maior retorno aos investidores, mediante a previsão de pagar entre 12% e 13% do valor das ações

em 2025. “É particularmente notável, superando a média do mercado, o que pode tornar a Petrobras um investimento atraente para aqueles com uma visão de longo prazo”, completou Boragini.

Reforçando a impressão do especialista da Davos, o chefe de renda variável da Faz Capital, Alexandre Pletes, frisou que “o governo é um dos principais beneficiários desses dividendos, acrescentando que “este fato é

relevante considerando a recente mudança na meta fiscal para 2025, visando um déficit zero e a possível utilidade desses dividendos da Petrobras para ajudar a atingir esse objetivo”.

Mediante a abrupta mudança de enfoque do governo com relação aos proventos, agora a expectativa do mercado é de que este também sancione a distribuição dos 50% de dividendos restantes, ao longo do próximo ano, conforme a premissa de equilíbrio fiscal. (M.S.)

Campos Neto é rechaçado pela Fazenda

Por Marcello Sigwalt

Por apontar o óbvio – o desajuste eleitoreiro das contas públicas, que atende às demandas perdulárias voltadas ao pleito municipal de outubro, mas ‘coloca em xeque’ o compromisso com o equilíbrio fiscal – o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, passou rapidamente da figura de ‘parceiro relevante’ para ‘persona non grata’ pelo Ministério da Fazenda.

Tudo por conta das declarações do dirigente monetário sobre o impacto econômico desastroso da ‘frouxidão’ fiscal e suposto desprezo pelas regras da política monetária, que têm servido para ‘segurar’ a queda mais célere da Selic nos próximos meses. A perspectiva agora é que a taxa decaia somente 0,25 ponto percentual, e não mais em meio ponto percentual.



Fazenda reage às posições críticas do presidente do BC

O ‘freio’ no ritmo de cortes da Selic foi admitido pelo comandante do BC, para quem, o corte menos expressivo das taxas decorre da maior incerteza global (juros que vão continuar altos pelo Fed (Federal Reserve, o bc ianque), como também da leniência federal às citadas me-

tas fiscais.

Sob a condição de anonimato, ao menos três autoridades da Fazenda preferiram disparar contra Campos Neto, após este endurecer o discurso contra a gastança palaciana que, na prática, despreza princípios republicanos como o cumprimento

das metas fiscais, sobre as quais pairam incertezas – reduzida de um superávit de 0,5% do PIB para um resultado primário zero para 2025, o mesmo valendo para o ano seguinte.

O ‘estremecimento’ entre a Fazenda e o BC se baseia em dois fatos políticos paralelos: as eleições municipais, em outubro próximo, e a substituição de Campos Neto, dois meses depois, por um nome mais ‘palatável’ ao Palácio do Planalto. Neste aspecto, o clima azedou de vez, depois que Campos Neto defendeu abertamente a autonomia (econômica, financeira e política) do BC.

A consequência imediata de tal tensão crescente é a perda de Haddad, no papel de ‘bombeiro’. Em decorrência, o BC, segundo seu (ainda) timoneiro, está em ‘voo cego’ na política monetária, que se limita a apenas mais um corte da Selic na reunião do Copom de maio.

Pix chega a 200 milhões de transações

A despeito das recorrentes ocorrências de quebras de segurança, o sistema de pagamentos instantâneos, o popular Pix, acaba de conquistar novo recorde, ao se aproximar da marca de 200 milhões (pouco abaixo da população brasileira) de transações diárias.

A informação foi divulgada, nesta quinta-feira (25) pelo presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, pouco após a divulgação de ou-

tro dado astronômico, de 4,93 bilhões de operações de transferências do Pix, em março último.

A magnitude desse salto pode ser medida pelo fato de que, há pouco tempo, esse sistema só exibia esse volume de transações em datas excepcionais, como no início dos meses, quando trabalhadores recebiam os respectivos salários.

Antes da nova marca, o último recorde registrado ocorreu

em 5 de abril, quando houve 201,6 milhões de transferências, em um único dia. “O nosso sistema de pagamento, Pix, tem sido um instrumento de inclusão financeira. Nós estamos alcançando quase 200 milhões de transações por dia, para uma população ‘bancarizada’ de 115 milhões”, acentuou Campos Neto, em evento do G20 TechSprint 2024.

Atualmente, o contingente de Pessoas Físicas e Jurídicas

cadastradas no sistema do Pix, lançado pelo BC em 2020, soma 161,9 milhões. Ao todo, em 2023, o Pix teve a movimentação de um montante de R\$ 15 trilhões.

Só março desde ano, foram 4,93 bilhões de operações de transferências e pagamentos via Pix, movimentando R\$ 1,93 trilhão. Desde outubro de 2023, o número de transações supera 4 bilhões por mês. (M.S.)